

Remessas para o exterior chegaram a U\$ 100 milhões

Dos 300 milhões de dólares cobrados irregularmente pelos bancos estrangeiros nas operações de reemprestímo de seus créditos no país, calcula-se no mercado financeiro e na área governamental que pelo menos um terço desse montante — ou 100 milhões de dólares — foi remetido para o exterior, enquanto o restante permaneceu no país, onde foi empregado de diversas maneira.

Os sweeteners, isto é, as comissões "por fora", eram cobrados através de vários mecanismos, o mais comum, quando o valor do empréstimo era pequeno, era o pagamento por parte da companhia estatal tomadora do empréstimo diretamente ao escritório de representação ou filial do banco estrangeiro no país, a título de prestação de serviços de consultoria.

"Não há necessidade de especificar com mais detalhes no recibo o tipo de serviço prestado, o que tornava as coisas mais fáceis", atesta um ex-funcionário da filial de um banco norte-americano em São Paulo.

Quando as comissões envolviam valores mais elevados, esse esquema torna-se desaconselhável, pois exporia demais o escritório ou filial de banco estrangeiro. Nessas situações, freqüentemente entrava no circuito uma terceira empresa, que supostamente prestava o serviço de consultoria à companhia estatal tomadora do empréstimo. Para emitir a nota que legalizava a operação, a empresa cobrava uma comissão e repassava a diferença aos representantes do banco estrangeiro.

Em muitos casos, o dinheiro era transformado em dólares e repatriado pelos mecanismos do mercado paralelo de câmbio. Mas, em razão das dificuldades para realizar este tipo de operação, muitos bancos preferiam reter o dinheiro no Brasil e utilizá-lo para financiar as despesas de seu escritório de representação ou de sua filial. O resultado disso, na prática, equivalia a uma evasão de divisas, pois assim a matriz do banco não precisava remeter ao Brasil os recursos para a manutenção de seu escritório ou filial.

Em outro mecanismo muito comum, o pagamento dos sweeteners não era feito diretamente pela companhia estatal mas pela empresa privada prestadora do serviço finan-

cado pelo empréstimo, que freqüentemente era uma empreiteira. Essa triangulação, segundo afirmam tanto as fontes do mercado como as do governo, era bastante freqüente. A comissão era paga tanto ao escritório ou filial do Banco no Brasil como na própria matriz da instituição, através dos dólares que as grandes empreiteiras movimentavam no exterior. A empreiteira, na verdade, apenas atuava como uma intermediária, pois embutia o valor da comissão no contrato com a companhia estatal, através do mecanismo de super-valorização do preço do serviço.

Nas operações de financiamento de importações, as empresas estrangeiras fornecedoras de equipamentos também costumavam pagar as comissões aos bancos emprestadores e embutir o valor da despesa no preço dos equipamentos vendidos à companhia estatal tomadora do empréstimo. O boletim londrino AGEF, em sua edição de 11 de agosto de 1984, revela que foi a empresa alemã KWU quem pagou a comissão de 103 milhões de dólares feito pela Nuclebrás, em 1984, junto a um sindicato de bancos liderado pelo Dresdner Bank, da Alemanha. O valor da operação, naturalmente, foi acrescido ao preço dos equipamentos vendidos pela KWU à Nuclebras.

A existência dessas modalidades de pagamento dos sweeteners não é do desconhecimento das autoridades brasileiras. Documento confidencial que circulou em alguns dos principais gabinetes dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento revela:

"Para empreiteiras ou fornecedora com créditos em atraso junto ao setor público era interessante pagar comissões da ordem de até 7% FLAT como estímulo à realização de repasses casados com a liquidação dos atrasos, em vez de refinanciarem estes atrasos no mercado financeiro nacional a um custo mais elevado. Fornecedores estrangeiros eram estimulados a efetuarem pagamento de comissões em divisas para viabilizar operações de repasse vinculadas à venda de equipamentos e serviços (algumas vezes desnecessários). Obviamente, estes recursos foram ou serão repassados via preço ao setor público."